

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA “DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL” DA “CRÍTICA DA RAZÃO PURA”

Guido Antônio de Almeida
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O trabalho que ora apresento propõe-se investigar a questão *se e em que sentido* a consciência do sujeito que conhece constitui para Kant um princípio para o esclarecimento e a fundamentação da possibilidade do conhecimento.

Em face das declarações expressas de Kant, sem dúvida há de parecer insólita a pergunta *se* a consciência de si constitui semelhante princípio. Kant não o afirmou textualmente? Certamente, mas se lemos com atenção os textos, vemos que estão longe de ser tão claros e decisivos quanto se poderia pensar. Sobre isso quero fazer tão somente, nesta introdução, duas observações preliminares. Em primeiro lugar, convém observar que nem sempre é a consciência de si sem mais, mas a “unidade da consciência de si” que se vê erigida em princípio do conhecimento. Modificação pouco importante? Apenas uma qualificação do aspecto da consciência de si que faz dela um princípio? De modo nenhum. Por “unidade da consciência de si” Kant entende a unidade das intuições sintetizadas segundo conceitos de objetos,⁽¹⁾ aliás a unidade *objetiva* que se produz quando as intuições sintetizadas são submetidas *no juízo* a um conceito de objeto. Mas isso quer dizer que a “unidade da consciência de

(1) Cf. CRP, B 136-37. (As referências são sempre ao texto da 1ª e da 2ª edições da *Crítica da Razão Pura*, designadas respectivamente, como de sólito, pelas letras A e B.

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
“DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL” DA “CRÍTICA DA RAZÃO PURA”

ANALÍTICA

volume 1
número 1
1993

si” não é outra coisa senão a conformidade das intuições a conceitos de objetos no juízo. Isto posto, fica fácil entender por que a “unidade da consciência de si” assim entendida pode ser declarada o próprio princípio do conhecimento. Com efeito, uma proposição dizendo: “toda intuição é necessariamente conforme a conceitos de objetos” exprime de maneira abstrata a forma de todo juízo cognitivo particular, e provar que essa proposição é válida é provar *a priori*, isto é, em princípio, a possibilidade de conhecer o valor de verdade de cada juízo cognitivo particular.

É verdade que o princípio é formulado, não como o mero princípio da unidade das intuições (ou de sua conformidade a conceitos), mas como o princípio da unidade das intuições *na* ou *para a consciência de si*. A expressão grifada indica a condição sob a qual é possível afirmar a validade do princípio da unidade das intuições. Não significa isso, então, que a consciência de si é a condição em que é possível o conhecimento? E não é a mesma coisa dizer que a consciência de si é a condição, o fundamento ou o princípio último do conhecimento?

Para ter clareza sobre isso é preciso entender o que Kant se propõe provar e como pensa poder fazê-lo. Na estratégia argumentativa da CRP (ou pelo menos da *Analítica*), o objetivo último é provar a possibilidade do conhecimento objetivo em geral, e isto significa, podemos dizer, mostrar, não como podemos decidir se tal ou qual proposição particular é verdadeira ou falsa, mas, sim, que podemos *em princípio* determinar o valor de verdade de qualquer proposição cognitiva. Se admitimos a análise kantiana do conceito de conhecimento como o conceito da necessária conformidade de intuições dadas a conceitos de objetos, podemos dizer também que o objetivo final da CRP é provar o princípio da necessária conformidade das intuições a conceitos de objetos.

Ora, é possível *ter intuições* sem que por isso mesmo seja preciso *pensá-las* através de conceitos, ou por outras, sem que seja preciso identificar e caracterizar conceptualmente (como tal ou qual objeto) aquilo mesmo que intuímos - e tanto isso é possível que podemos atribuir a capacidade de perceber o mundo em sua volta aos animais e aos seres incapazes de pensar e exprimir conceptualmente o que percebem. A conformidade a conceitos de objetos não é, pois, uma condição de ter intuições, e podemos dizer que nada há nas intuições enquanto tais que as relacione por si só a um

conceito de objeto⁽²⁾. Daí se segue, porém, que não é possível provar a possibilidade do conhecimento a partir do esclarecimento das meras condições em que é possível ter intuições. Toda a dificuldade de provar a possibilidade do conhecimento reside nisso. Mas tampouco podemos, como propõem alguns, nos eximir da necessidade de procurar uma solução alegando que a questão foi mal colocada e que o problema é um falso problema. Pois, se admitimos a análise dada do conceito de conhecimento, a proposição dizendo que as intuições são em princípio conformes a conceitos de objetos é uma proposição sintética, logo uma proposição contingentemente verdadeira, podendo ser negada sem contradição e cuja asserção exige, então, uma justificativa que se estenda além da simples elucidação do significado de seus termos.

O argumento que Kant inventa para estabelecer o princípio da possibilidade do conhecimento baseia-se na hipótese de que é possível provar a necessária conformidade das intuições a conceitos de objetos para todo sujeito que não apenas tenha intuições, mas saiba que as tem, isto é, que tenha consciência de si mesmo como tendo intuições.

A consciência de si fornece assim o *tertius* capaz de fundamentar a relação entre intuições e conceitos de objetos. A questão, porém, é: de que modo? No meu entender, de duas maneiras apenas: *ou bem* a consciência de si é uma condição da conformidade das intuições a conceitos de objetos, e esta é produzida pelo fato de que nos tornamos conscientes de nossas intuições, *ou bem* a conformidade das intuições a conceitos de objetos é uma condição da existência de um sujeito consciente de si, e a consciência de si é a condição não da conformidade das intuições a conceitos de objetos, mas do *discernimento* de sua possibilidade. Eis por que dizia acima que é preciso perguntar em que sentido a consciência de si fornece para Kant um princípio para a fundamentação da possibilidade do conhecimento. Num sentido, ela é o próprio fundamento da possibilidade de conhecimento; no outro, ela é apenas a perspectiva que nos permite discernir a possibilidade do conhecimento objetivo.

Em qual desses sentidos, então, devemos compreender a afirmação kantiana de que a consciência proporciona um princípio para a fundamentação da possibilidade

(2) Cf. CPR, A 89-90 = B122-23; *Lógica* (ed. Jäsche), A 40 s..

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
“DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL” DA “CRÍTICA DA RAZÃO PURA”

ANALYTICA

volume 1
número 1
1993

do conhecimento? Para responder a esta questão, eu me proponho retomar o argumento pelo qual Kant pretende provar, nas duas versões da *Dedução Transcendental*, que as nossas intuições são em princípio conforme às categorias, logo a conceitos de objetos em geral.

Minha investigação baseia-se numa hipótese que não pretendo discutir aqui, mas que espero possa ser aceita como tendo alguma plausibilidade. Essa hipótese é que o argumento da *Dedução*, ou seja, o argumento para provar a necessária conformidade de nossas intuições a conceitos de objetos e, por conseguinte, às categorias, possa ser reconstruído como um argumento dirigido contra o céptico que duvida da necessidade para nossas intuições de serem conformes a conceitos de objetos, mas não duvida de que se possa ter consciência dessas intuições como algo que se passa em nós.

Tentarei demonstrar aqui duas teses gerais. A primeira é que a *Dedução* consiste na prova que a consciência das intuições, admitida pelo céptico que duvida da possibilidade de determiná-las segundo conceitos de objetos, tem por condição a consciência de si (do sujeito que tem consciência de suas intuições) como um sujeito numericamente idêntico e que esta consciência de si implica por sua vez a consciência de objetos, vale dizer, a capacidade de determinar as intuições dadas por meio de conceitos de objetos.

A segunda tese geral é que as duas versões da *Dedução* divergem quanto à natureza dessa implicação. A primeira versão tenta provar, se minha interpretação é correta, que a possibilidade de pensar as intuições por conceitos de objeto é uma consequência da consciência de si, mais precisamente, do fato que o múltiplo das intuições é sintetizado por um sujeito consciente de si e, por conseguinte, do que faz. A consciência de si aparece aqui, pois, pode-se dizer, como uma *ratio essendi* do pensamento de objetos e, por conseguinte, como a “fonte” das categorias ou o princípio que permite explicar sua gênese. Na segunda versão, ao contrário, a consciência de si (o “Eu penso” que é descrito no # 16 como a “unidade analítica da apercepção”) aparece como tendo por condição o poder de fazer juízos objetivamente válidos (e que corresponde à “unidade sintética” que é necessária para a consciência de si). Esta desempenha ainda o papel de uma premissa no argumento contra o

céptico, mas agora não mais a título de um princípio explicativo da gênese das categorias, mas tão somente como uma premissa permitindo explicar a necessidade de se admitir a necessária conformidade de nossas intuições a conceitos de objetos. O argumento é, então, em suma, que não posso ser consciente de mim mesmo, como admite o céptico, se não sou capaz de julgar objetivamente, visto que o poder de julgar é uma condição necessária da consciência de si.

1. O Argumento da Dedução: da Consciência à Consciência de Si

1.1 O Argumento na edição de 1781 (A)

A melhor e mais suscinta exposição do esquema do argumento em sua primeira versão, nós a encontramos no parágrafo sobre a “Explicação Provisória da Possibilidade das Categorias como Cognições a Priori”. Diz aí Kant:

“A possibilidade, porém, e mesmo a necessidade dessas categorias repousa sobre a relação que a sensibilidade - e com ela todas as aparições (Erscheinungen) possíveis - têm com a apercepção originária, na qual tudo tem que estar necessariamente conforme às condições da unidade omnipresente (durchgängig) da consciência de si, isto é, sob as funções gerais da síntese, a saber, da síntese segundo conceitos, como o único lugar onde a apercepção pode provar a priori sua identidade omnipresente e necessária. Assim, o conceito de uma causa nada mais é do que uma síntese (daquilo que se segue na série temporal com outras aparições) segundo conceitos, e sem semelhante unidade, que tem sua regra a priori, não se encontraria uma unidade omnipresente e universal, logo necessária, da consciência, no múltiplo das percepções”
(A 111-12).

Por obscura que seja, esta passagem deixa razoavelmente claro pelo menos o ponto segundo o qual a prova da validade objetiva das categorias repousa, em suma, sobre duas premissas básicas: 1) a relação de nossas intuições, que são sensíveis, com a consciência de si, 2) a relação da consciência de si, ou antes, da “unidade da consciência de si”, com as “funções” da síntese das intuições segundo conceitos. A passagem não deixa claro, é verdade, a natureza exata dessas relações e, sobretudo,

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
"DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL" DA "CRÍTICA DA RAZÃO PURA"

ANALÍTICA

volume 1
número 1
1993

não indica as razões que Kant teria para fundamentar essas premissas elas próprias. Para esclarecer isso, é preciso procurar na *Dedução* as passagens onde Kant expõe por extenso o seu argumento.

No que concerne à primeira premissa, as razões de Kant para afirmá-la estão apenas sumariamente indicadas em seis passagens diferentes. Em A 107, a "unidade da consciência" (identificada na frase seguinte à "apercepção transcendental") é apresentada como a condição da ocorrência em nós de "cognições" (*Erkenntnisse*),⁽³⁾ bem como de sua conexão e unidade.⁽⁴⁾ Em A 113, a consciência de si é apresentada como uma condição de todas as aparições possíveis enquanto representações.⁽⁵⁾ Em A 116, a apreensão (*Aufnahme*) das intuições na consciência é apresentada como uma condição para que as intuições "digam respeito" a ou "sejam algo para nós". Na frase seguinte, a consciência da própria identidade é apresentada como uma condição da "possibilidade de todas as representações", porque - argumenta Kant - as representações só representariam algo em mim, se pertencessem conjuntamente a uma consciência onde pudessem ser conectadas.⁽⁶⁾ Na célebre nota à página 117 sobre

(3) Traduzo *Erkenntnis* no neutro por "cognição" e, no feminino, por "conhecimento", na suposição de que o primeiro termo designe (pelo menos no mais das vezes) os elementos em que se pode decompor o ato de conhecimento completo e que só se realiza no juízo. Assim, intuição e o conceito são *cognições*, ao passo que o juízo é um *conhecimento*.

(4) "Ora, nenhuma cognição pode ter lugar em nós, nenhuma conexão e unidade das mesmas, sem aquela unidade da consciência, que precede todos os dados da intuição e com relação à qual apenas é possível toda e qualquer representação de objetos" (A 107)

(5) "Todas as aparições possíveis pertencem enquanto representações à consciência de si possível inteira. Desta, porém, enquanto uma representação transcendental, a identidade numérica é inseparável e certa a *priori*, porque nada pode entrar na cognição (*in das Erkenntnis kommen*) senão mediante essa apreensão originária" (A 113).

(6) "Todas as intuições nada são para nós e não nos dizem respeito por menos que seja, se não podem ser acolhidas na consciência, não importa se influem nela direta ou indiretamente, e só através disso é possível sua cognição. Nós estamos a *priori* conscientes da identidade de nós mesmos relativamente a todas as representações que jamais possam pertencer à nossa cognição (*unserem Erkenntnis*), como uma condição necessária da possibilidade de todas as representações (porque estas só representam algo em mim se pertencem com tudo o mais a uma consciência, logo se ao menos têm que poder ser conectadas aí)" (A 116).

a "consciência empírica", a possibilidade de uma consciência empírica é apresentada como a condição da existência de representações e a consciência transcendental, por sua vez, como a condição da consciência empírica.⁽⁷⁾ Em A 120, a consciência é apresentada como a condição, não da aparição, mas de que esta seja "um objeto de conhecimento" e assim exista para nós - mais ainda, de que ela seja de todo alguma coisa, "já que ela só existe na cognição".⁽⁸⁾ Finalmente, em A 123-24, o "Eu" da "apercepção" é uma condição da consciência de nossas representações⁽⁹⁾.

Isto é tudo o que temos para tentar entender o que Kant quer dizer. Convenhamos que é pouco e que as explicações de Kant parecem querer remediar a pouca clareza com uma maior escuridão. Das passagens citadas podemos extrair, no entanto, pelo menos duas coisas: 1) Kant não entende provar a relação necessária das intuições com a consciência de si diretamente, mas em dois passos, provando primeiro a relação das intuições com uma consciência empírica possível e, depois, que a consciência de si é uma condição da consciência empírica, logo das próprias intuições. 2) A prova de que toda intuição está necessariamente ligada a uma consciência baseia-se na alegação de que de outro modo ela não existiria para nós, ou pura e simplesmente não existiria como representação.

(7) "Todas as representações têm uma relação necessária com uma consciência empírica possível: pois, senão tivessem isso e fosse inteiramente impossível tornar-se consciente delas; isto seria a mesma coisa que dizer que elas não existiriam de todo. Toda consciência empírica, porém, tem uma relação necessária com uma consciência transcendental (precedendo toda experiência particular), a saber, a consciência de mim mesmo, como a consciência originária" (A 117).

(8) "A primeira coisa que nos é dada é uma aparição, a qual, se ela está ligada com consciência, se chama percepção (sem a relação com uma consciência ao menos possível, a aparição jamais poderia ser para nós um objeto do conhecimento (*der Erkenntnis*), e portanto, nada seria para nós, e, não tendo em si mesma nenhuma realidade objetiva e só existindo na cognição (*im Erkenntnis*), não seria nada em parte alguma" (A 120).

(9) "Pois o Eu fixo e permanente (da apercepção pura) constitui o correlato de todas as nossas representações, na medida em que é meramente possível tornar-se consciente delas, e toda consciência pertence a uma apercepção pura omnicompreensiva, do mesmo modo que toda intuição sensível enquanto representação a uma intuição interna pura, a saber, o tempo" (A 123-34).

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
"DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL" DA "CRÍTICA DA RAZÃO PURA"

ANALÍTICA

volume 1
número 1
1993

Mas essas indicações deixam ainda inúmeras dúvidas. É verdade que a ligação entre o conceito de consciência e o de consciência de si tem uma certa plausibilidade inicial, que se deve ao fato de que pensamos as intuições como ocorrências mentais ou estados subjetivos (em frases do tipo: "Eu sei que eu ϕ ", onde " ϕ " substitui um predicado psicológico do tipo: "estou vendo", "estou ouvindo" etc). Mas não basta constatar que ordinariamente exprimimos a consciência que temos de nossas intuições como estados subjetivos (isto é, estados de um sujeito que se refere a si mesmo como algo distinto dos estados que tem). Importa ainda e sobretudo explicar por que deve ser assim.

As dificuldades são ainda maiores no que concerne à relação entre a consciência e as intuições. Aqui, a afirmação de que, para *ter intuições*, seria preciso *ter consciência* dessas intuições não só é implausível em si mesma, como contradiz a declaração expressa de que as representações em geral podem ser inconscientes (A 320), e até mesmo a doutrina da *Estética* acerca das condições da intuição segundo a qual espaço e tempo são as únicas condições (formais) da intuição.

Creio que as dificuldades derivam da equívocidade do termo "consciência". Com efeito, podemos tomar o conceito de consciência em dois sentidos diversos. Em sentido próprio, "ter consciência de x " equivale a "saber que uma proposição p sobre x é o caso". Assim, dizer p. ex.: "Tenho consciência da presença de Deus" é o mesmo que dizer: "Sei que Deus está presente", e dizer: "Tenho consciência de meu valor" é o mesmo que dizer: "Sei que tenho (algum) valor". Como em todo saber proposicional, "ter consciência" neste sentido envolve a aplicação de conceitos a instâncias desses conceitos. Se quisermos acolher um outro sentido, não-proposicional, para "consciência" será preciso defini-la como uma forma de saber que não envolva a utilização de conceitos e a compreensão de proposições, mas apenas a capacidade de realizar certas operações, por exemplo, a capacidade de discriminar o que é dado, não por caracterizações conceptuais, mas por sua posição no espaço e no tempo.

Se tomamos "consciência" no sentido proposicional, não podemos dizer que a consciência seja uma condição de ter intuições (ou mesmo representações em sentido geral, abrangendo conceitos e proposições), pois, em sentido proposicional, "ter consciência" abrange a aplicação de conceitos, e "ter intuições" por definição não

envolve a aplicação de conceitos. Eis por que Kant tem que admitir a possibilidade de existirem intuições e mesmo outras classes de representações inconscientes⁽¹⁰⁾.

Se tomamos "consciência" no sentido não-proposicional, podemos dizer que a consciência é uma condição de ter intuições, mas neste caso "ter consciência" não pode significar outra coisa senão a capacidade de discriminar o que é dado, seja externamente segundo relações espaciais, seja internamente, segundo relações temporais. Dada a sinônima entre "ser consciente de" e "saber", bem como a possibilidade de falar de uma forma de saber não-proposicional, a afirmação de que a consciência é uma condição de ter intuições é sempre possível e explica por que podemos atribuir aos seres brutos alguma forma de consciência. De fato, dos animais e dos infantes dizemos que estão conscientes ou, ao contrário, que perderam a consciência, quando têm ou perderam a capacidade de discriminar os objetos exteriores, bem como de sentir (ter sensações e sentimentos). Em Kant e na tradição filosófica em geral não encontramos a noção de consciência como sinônima do sentido *externo*, muito embora não haja nada que impeça esse uso do termo.⁽¹¹⁾ Em compensação, encontramos a noção de sentido interno assimilada à noção de consciência.

Se, porém, tomamos a "consciência" em sentido não-proposicional e por conseguinte, em Kant, como sinônimo de "sentido interno", não será mais possível extrair daí nenhuma das conseqüências que Kant quer extrair da tese de que ter (ou pelo menos poder ter) consciência de nossas intuições é uma condição de ter intuições, a saber: (1) que toda intuição está relacionada necessariamente com uma consciência *possível*; (2) que toda consciência de uma intuição está relacionada à consciência de si.

(10) Para ter e aplicar um conceito, não preciso ser capaz de caracterizá-lo como tal por meio de um conceito de conceitos. Assim, para ter o conceito de "homem" e aplicá-lo no juízo: "Sócrates é homem" não preciso ter o conceito formal-semântico de "objeto", ou o conceito sintático de "predicado", ou qualquer conceito superior com que eu o caracterize como conceito. É verdade que, ao dizer: "Sócrates é homem" sei necessariamente o que estou fazendo, mas não (a não ser que seja filósofo ou lógico) que estou *julgando* ou *aplicando um conceito*.

(11) Cf., porém, em Tugendhat o uso da expressão "consciência de espaço" (*Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie*, Frankfurt: Suhrkamp, 1976, p. 83).

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
"DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL" DA "CRÍTICA DA RAZÃO PURA"

ANALYTICA

volume 1
número 1
1993

Vejam, no entanto, até onde poderíamos chegar interpretando as passagens em questão com ajuda do conceito *não-proposicional* de consciência. Diremos, então, que a tese de Kant é que a consciência no sentido do sentido interno, ou da capacidade de discriminar no tempo, é a condição de termos intuições a título de representações, isto é, algo que existe em nós e só pode existir de todo em nós. E, dado o fato de que toda intuição externa está ligada a algo em nós (a afecção sensível, a sensação), podemos dizer que a consciência é também a condição das intuições externas na medida em que elas também são ou estão ligadas a ocorrências internas. Isto permite efetivamente dar conta da primeira conclusão que Kant deseja tirar, a saber, que todas as intuições estão ligadas à consciência (que assimilamos ao sentido interno).

A dificuldade dessa interpretação é que ela leva a uma conclusão muito mais forte do que a extraída por Kant, pois dela se segue que a condição das intuições enquanto representações (ocorrências mentais) é uma consciência *actual*: não pode haver intuição externa que não seja ao mesmo tempo apreendida no tempo como uma representação interna, portanto consciente no sentido não-proposicional. Ora, isso quadra mal com a restrição da tese à *possibilidade* de se ter consciência. Em todo o caso, como quem prova o mais prova o menos e dado que o que é real é também possível, poder-se-ia sempre argumentar que a objeção não é decisiva.

Mas decisiva é a segunda objeção, a saber, que Kant não poderia concluir daí (de que temos uma consciência não-proposicional, ou seja, discriminamos nossas intuições no tempo como ocorrências mentais) que a consciência de si (que é proposicional) é uma condição dessa consciência (não-proposicional) das intuições.

Vejam, então, o que conseguimos com o conceito proposicional de "consciência". Segundo esse conceito, como vimos, ter consciência de uma intuição *x* consiste em saber que se tem a intuição *x* e, envolve, portanto, a capacidade de empregar predicados pelos quais caracterizamos a intuição como uma representação, vale dizer, como algo *em nós* pelo qual intuímos algo fora de nós.⁽¹²⁾ Será que é este o

(12) Cf. a esse respeito K.Cramer, "Über Kants Staz: Das: Ich denke, muß alle meine Vorstellungen begleiten können", in K..Cramer u. a. (Hg.), *Theorie der Subjektivität*, Frankfurt: Suhrkamp, 1990. Muito

conceito de consciência que Kant tem efetivamente em vista nas passagens citadas? Em A 106, a consciência⁽¹³⁾ é apresentada como a condição da *ocorrência em nós* de "cognições", vale dizer de "intuições".⁽¹⁴⁾ Em A 113, a consciência⁽¹⁵⁾ é apresentada como condição de representações, o que podemos interpretar como a condição da existência de algo em nós que nos apresenta algo fora de nós e, finalmente, em A 120, a consciência é apresentada como condição de que as aparições sejam para nós objeto de conhecimento, o que podemos interpretar no sentido de que só podemos saber que as aparições existem em nós como representações se temos consciência delas.

Não há dúvida, portanto, de que em todas essas passagens se trata do reconhecimento das intuições como representações - em termos cartesianos: do conhecimento das intuições em sua *realidade formal* de representações em nós por oposição à sua *realidade objetiva* enquanto representações de algo fora de nós. A dificuldade que subsiste é que Kant parece estar enunciando uma tautologia quando afirma que a consciência é uma condição de as intuições (aparições, cognições) existirem para nós, ou serem um objeto de conhecimento para nós. Pois, o que pode significar "existir para nós" ou "ser um objeto de conhecimento para nós" senão "ser algo de que temos consciência"? Kant estaria dizendo então que não podemos ter consciência de nossas intuições como nossas representações se não temos consciência delas. O que se espera, ao contrário, é que se estipule para a consciência das intuições uma condição que seja distinta do simples fato de ter consciência das intuições.

embora Cramer interprete uma passagem da ed. B, creio que muito do que ele aí diz pode ser utilizado para a interpretação da primeira versão da Dedução.

(13) Na verdade a "unidade da consciência", identificada na frase seguinte à "apercepção transcendental". Mas Kant distingue posteriormente a consciência de si, enquanto condição da consciência das intuições, e a consciência (ou, antes, a possibilidade da consciência) como condição da ocorrência em nós das intuições a título de representações. Em vista disso e do fato de que se aqui se fala da condição das "cognições", podemos dizer que se trata diretamente da consciência das intuições, e da consciência de si apenas indiretamente, na medida em que ela é uma condição da primeira.

(14) Intuições e conceitos são duas sub-classes da classe das cognições, segundo A 320. Obviamente, Kant não pode estar falando aqui da consciência de conceitos. Por isso, podemos substituir "cognições" por "intuições".

(15) Textualmente, a consciência de si. Mas o que se diz aqui da consciência de si só é possível dizer porque também se diz da consciência de intuições. V. n. 13 acima.

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
“DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL” DA “CRÍTICA DA RAZÃO PURA”

ANALYTICA

volume 1
número 1
1993

Voltemos nossa atenção mais uma vez para o conceito proposicional de “consciência”. Este envolve, como vimos, a caracterização das intuições em nós como representações, e isto quer dizer: por meio de predicados de representações. Mas, se é assim, podemos dizer (para evitar a interpretação da tese de Kant como uma tautologia) que a tese é que a consciência de ter intuições tem por condição a possibilidade de pensá-las através de conceitos com os quais as especificamos, não relativamente ao que nelas é representado, mas relativamente ao fato de serem representações em nós. Em suma, se a tese inicial de Kant não é uma simples tautologia, ela é a tese de que a consciência de ter intuições é precisamente uma consciência no sentido proposicional, e isto significa que só podemos dizer que temos consciência de nossas intuições se podemos caracterizá-las como tais, isto é, como representações em nós de algo distinto de nós. Certamente, não temos que empregar predicados como “intuição” ou “representação” para nos tornar conscientes de nossas intuições como representações.⁽¹⁶⁾ Estes são conceitos de segunda ordem (formais) com que o filósofo explicita os conceitos de primeira ordem (materiais), com os quais caracterizamos prefilosoficamente nossas intuições como representações (a saber, predicados como “ver”, “ouvir”, “sentir”, etc.). É justamente essa classe de predicados que é preciso dominar para saber que se tem intuições. Devemos dizer então que só temos consciência de nossas intuições quando podemos enunciar proposições da forma: “estou vendo, ouvindo, sentindo etc...”, ou seja, quando podemos fazer aquelas enunciações que, nos *Prolegomena*, Kant denominou “juízos de percepção”.

Mas isto não basta ainda para dar conta de tudo o que está dito nos textos; mais precisamente, não basta ainda para explicar por que Kant afirma⁽¹⁷⁾ que a consciência é uma condição de existirem as representações não apenas para nós, mas pura e simplesmente de existirem representações. Ora, essa afirmação é incompatível com

(16) Assim como tampouco precisamos empregar conceitos como “objeto” ou “fenômeno” para saber o que intuimos.

(17) Em A 116, 120 e, implicitamente, em A 123-24.

a admissão da existência de representações inconscientes e não se segue da tese do caráter proposicional da consciência de ter intuições.

Observemos mais uma vez, porém, que, em A 117n., Kant qualifica sua afirmação: é a *possibilidade* de uma consciência empírica, não uma consciência empírica *actual*, que é aí apresentada como condição da existência de representações. O que é necessário, pois, para ter representações (intuições) é que se *possa* ter, não que se tenha *actualmente*, consciência de ter uma representação. Será que esta afirmação pode ser derivada de tese do caráter proposicional da consciência de ter representações?

O que se pode argumentar a este propósito, a meu ver, é o seguinte. Para ter consciência de ter representações é preciso, como vimos, saber caracterizá-las como representações. Suponhamos, porém, que se queira negar que as nossas intuições possam ser conceituadas como representações e que essa impossibilidade seja entendida como uma impossibilidade de princípio, portanto como algo que se deva, não a algum impedimento fortuito, mas à "lógica" do conceito de representação. Neste caso, poderíamos alegar duas coisas: 1) o conceito é autocontraditório e designa algo tão impossível em si mesmo quanto um círculo quadrado; 2) o conceito não é autocontraditório, mas problemático, porque não podemos indicar a que tipo de objeto poderia se aplicar e, neste caso, não designaria nada de impossível de pensar em si mesmo, mas impossível de se conhecer.

Ora, não podemos dizer que é logicamente impossível caracterizar nossas intuições como representações, porque -atenção!- não se trata aqui da lógica de uma teoria filosófica da representação, mas da lógica de nossos juízos de percepção. Qualquer teoria filosófica é, sem dúvida, impugnável por razões lógicas. Mas não podemos impugnar por razões lógicas os juízos que fazemos sobre o que vemos, ouvimos, sentimos, percebemos etc. Isto faz parte do discurso cognitivo que as teorias filosóficas têm que explicar e, portanto, devem pressupor. Pela mesma razão não podemos dizer que são vazios ou problemáticos os conceitos com que caracterizamos, nos juízos de percepção, nossas intuições. Ora, se os conceitos com que caracterizamos nossas intuições não são nem autocontraditórios nem vazios, segue-se daí que, em princípio, todas as nossas intuições podem ser pensadas por conceitos, logo que de todas elas *podemos* ter consciência, mesmo que *de facto* não tenhamos.

Podemos resumir agora a parte inicial do argumento. Kant parte do facto de que

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
"DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL" DA "CRÍTICA DA RAZÃO PURA"

ANALÍTICA

volume 1
número 1
1993

temos consciência de nossas intuições, isto é, podemos dizer que temos intuições, mesmo que por hipótese não saibamos se são intuições de algo objetivo. Nas verdade, dizer que temos consciência de nossas intuições é parte da hipótese de que nossas intuições não seriam intuições de objetos delas distintos. Por isso, a rigor não é correto dizer que Kant parte da consciência de nossas intuições como um fato, que simplesmente se constata como um qualquer outro facto empírico. O que aí chamamos de "fato" é, antes, um pressuposto da questão, e é só por isso que não podemos recusá-lo.

Isso posto, Kant prova primeiro que a consciência de nossas intuições tem um caráter proposicional e depende da possibilidade de caracterizar conceitualmente nossas intuições, não quanto àquilo que nelas é intuído, mas quanto àquilo que elas são em nós, ou seja, como uma representação. Finalmente, baseando-se nesta análise, segundo a qual "ter consciência" é o mesmo que "saber dizer que intuições temos", Kant prova em seguida que nenhuma intuição pode haver em nós que seja impossível de se tornar consciente, porque afirmar isto equivaleria à alegação inadmissível de que não podemos nos referir às nossas intuições, seja por razões lógicas (suas caracterizações conceptuais seriam contraditórias), seja por razões epistemológicas (as caracterizações conceptuais não teriam instâncias). Para resumir numa palavra: se temos consciência de nossas intuições, podemos pensá-las por conceitos, e se podemos pensá-las por conceitos, nenhuma intuição em nós pode enquanto tal ser impensável.

Com isto descrevemos apenas o primeiro passo para a fundamentação da primeira premissa da *Dedução*. O segundo passo consiste em provar a relação necessária entre "ter consciência de uma intuição" e "ter consciência de si mesmo". A necessidade de provar a existência dessa relação fica obscurecida pelo fato de que desde o início caracterizamos a consciência como um juízo de forma: "sei que eu ϕ ", onde " ϕ " é o que chamamos de "predicado de representações" (como os "juízos de percepção", de que fala Kant nos *Prolegomena*.) Mas, a rigor, não temos ainda nenhuma razão para dizer que o sujeito dessas predicacões é um sujeito capaz de se referir a si mesmo pelo pronome "eu" e, tanto quanto se pode saber, os juízos de percepção poderiam ser da forma: "eu sei que eu ϕ " ("eu sei que estou vendo, ouvindo..." etc.), quanto da forma "eu sei que isto ϕ ". É claro que a formulação não-subjetiva dessas predicacões soa estranha, mas isto justamente porque já está claro

para nós, antes de toda reconstrução filosófica, que os predicados de representação se aplicam a um sujeito capaz de se referir a si mesmo. Mas a questão filosófica é, precisamente, saber por que mesmo tem que ser assim.

Vejam, mais uma vez, o que Kant tem a dizer nas passagens em questão. Dessas passagens apenas duas contêm algo que ainda não encontrou explicação, e que é razoável supor que sirva de argumento para provar a relação entre a consciência das intuições e a consciência de si. Refiro-me a A 107, onde a “apercepção transcendental” é apresentada como condição da “unidade e conexão” das cognições que ocorrem em nós, e a A 116, onde a tese de Kant é expressamente fundamentada com a alegação de que “as representações só representam algo em mim” se pertencem a e “podem ser conectadas em uma única e a mesma consciência”. Tudo o mais são afirmações não fundamentadas (A 117n. e A 123-24), ou pode ser explicado em termos da relação entre a intuição e uma consciência possível.

A consciência de si é apresentada, pois, em suma, como necessária para a unidade e conexão das cognições enquanto representações de algo em mim. Ora, no argumento anterior para mostrar a relação entre as intuições e a possibilidade de se ter consciência delas não foi preciso mencionar a “conexão e a unidade das intuições”. Assim, se Kant quer provar que a consciência de si é necessária para se ter intuições alegando que ela é uma condição de sua “unidade e conexão”, é preciso antes de mais nada admitir que a consciência das intuições inclui uma consciência de sua “unidade e conexão”. Mas isso está longe de ser óbvio. Em primeiro lugar, muito embora Kant fale das intuições (cognições, aparições) no plural, nada indica que ele tenha em vista as intuições consideradas coletivamente, quando diz que a consciência de si é uma condição de possibilidade da consciência empírica de ter intuições. Ao contrário, é razoável supor que as intuições sejam tomadas aí divisivamente, pois o que Kant afirma é que de nenhuma intuição (e não: de nenhum múltiplo de intuições) se pode dizer que é impossível ter consciência dela⁽¹⁸⁾.

(18) Ver a esse respeito, K. Cramer, *op. cit.* (n. 12 acima), p. 168.

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
“DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL” DA “CRÍTICA DA RAZÃO PURA”

ANALÍTICA

volume 1
número 1
1993

Mais, uma vez mais, aqui também é o caráter proposicional, logo conceitual, da consciência das intuições que indica o que é preciso considerar para entender o pensamento de Kant. À primeira vista, antes de analisar o conceito de consciência, parece que podemos falar de uma consciência de intuições isoladas. Mas, essa suposição, vemos que é preciso descartá-la, tão logo atribuímos um conteúdo proposicional a essa consciência e a identificamos à capacidade de caracterizar conceitualmente aquilo de que se tem consciência. Com efeito, conceitos são, na terminologia de Kant, “representações por notas comuns” servindo para comparar e distinguir as intuições entre si.⁽¹⁹⁾ Por isso, sempre que um conceito é aplicado a uma intuição, como algo de singular, essa intuição se vê ao mesmo tempo comparada a e distinguida de outras intuições possíveis.

É razoável supor, pois, que a “unidade e conexão” das intuições enquanto representações em nós seja a unidade conceitual das intuições quando caracterizadas como representações. E assim fica claro por que a consciência *de si* é uma condição da unidade das representações em nós. De fato, a aplicação de conceitos envolve a comparação e a distinção das intuições entre si, e essa comparação e distinção não seria possível se quem faz a comparação (o sujeito que se designa por “eu” ao dizer: “eu sei que ϕ ”) não fosse o mesmo relativamente a cada uma das intuições comparadas e distinguidas. Por conseguinte, é preciso ter uma consciência das intuições consideradas coletivamente como existindo para um único e o mesmo sujeito a fim de que seja possível pensar cada intuição. Eis por que Kant caracteriza, em A 123-24, a consciência de si como *durchgängig*, ou seja, perpassando, ou presente em, toda consciência de intuições como uma condição desta, e faz da identidade do “Eu” que sabe ter tais e tais intuições um “correlato de todas as nossas representações”, isto é, de todas as nossas intuições na medida em que temos consciência delas. É no mesmo sentido também que Kant se refere indiferentemente seja à “unidade (transcendental) da apercepção” ou da “consciência de si”, seja à consciência da identidade de si mesmo, como condição da consciência de intuições.

1.2. O argumento na edição de 1787 (B)

Terminada a exposição do argumento em A, é preciso investigar agora qual o alcance das mudanças a que o texto foi submetido na segunda edição de 1787. O essencial da nova versão, nós o encontramos no #16. Nessa nova versão, a premissa inicial consiste ainda em mostrar a relação entre o múltiplo das intuições e a consciência de si. No que diz respeito a essa primeira premissa, o argumento de Kant está apresentado logo nas primeiras frases do #16. Diz aí Kant o seguinte:

“O: Eu penso tem que poder acompanhar todas as minhas representações; pois de outro modo seria representado algo em mim que de modo nenhum poderia ser pensado, o que equivale a dizer que a representação ou bem seria impossível, ou bem nada seria para mim. A representação que pode ser dada antes de todo pensamento chama-se intuição. Portanto, todo o múltiplo da intuição tem uma relação necessária com o: Eu penso, no mesmo sujeito em que esse múltiplo é encontrado.” (B 131-32)

Se estivéssemos começando nossa interpretação pelo texto da ed. B., teríamos que refazer todas as considerações que fizemos, a propósito da ed. A, acerca do sentido em que se pode dizer que a consciência é uma condição da existência de representações em nós. Dou por pressuposto tudo isso e, com base nas explicações dadas, proponho que se reconstrua o argumento da seguinte maneira.

O ponto de partida é, como em A, a constatação de que tenho consciência de representações em mim, e, em particular, das intuições. Numa palavra: sei que existem intuições a título de representações em mim, mesmo que não possa saber se a elas correspondem algum objeto. Isso posto, a condição para que eu saiba ou tenha consciência de representações é que eu possa pensá-las, isto é, que eu possa caracterizá-las como representações (através de predicados como ver, ouvir, sentir etc.). É neste sentido que o “eu penso” deve poder acompanhar todas as minhas representações: eu devo ser capaz de pensá-las como tais.

O argumento para essa tese é, então, o seguinte. Negar que eu possa pensar as representações de que, por hipótese, tenho consciência equivale a dizer que os conceitos pelos quais eu as penso são ou autocontraditórios (isto é, que é logicamente impossível dizer que vejo, ouço etc.) ou problemáticos (isto é, que não posso saber se

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
"DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL" DA "CRÍTICA DA RAZÃO PURA"

ANALÍTICA

volume 1
número 1
1993

algo corresponde a eles). Mas, visto que por hipótese posso dizer que tenho representações (que estou vendo isto, ouvindo aquilo etc.), é impossível negar que eu possa pensá-las. Em suma, não é possível negar que eu possa *pensar* minhas representações, se admiti de antemão que tenho consciência, isto é, sei que tenho representações.

Se minha interpretação é correta, dizer que o "eu penso" deve poder acompanhar todas as minhas representações equivale, pois, a dizer que não posso saber que tenho representações, se não posso pensá-las como tais. Podemos dizer então que, na concepção de Kant, essa consciência conceitual das representações se exprime linguisticamente em frases da forma: "eu sei que ϕ ", onde " ϕ " é um predicado de representações.

Com isso ainda não está demonstrado que a consciência de representações é, ao mesmo tempo, a consciência de si mesmo como um sujeito distinto das representações das quais tem consciência e numericamente idêntico relativamente a elas. Tanto quanto se possa saber a esta altura da argumentação, o "eu penso" pode ser a condição de cada representação considerada isoladamente, de tal sorte que a referência ao "eu" poderia ser diversa em cada caso. A conclusão do argumento de Kant, no entanto, é a de que o múltiplo das intuições tem uma relação necessária com o "eu penso" em um mesmo sujeito⁽²⁰⁾ e daí se segue que o "eu penso" que acompanha o múltiplo das representações é "um e o mesmo", como diz Kant ainda na mesma alínea.⁽²¹⁾ Essa conclusão deve se seguir, por conseguinte, do fato de que é possível em princípio pensar por conceitos todas as representações de que tenho consciência. Por que ela se segue é o que podemos entender se levamos em conta (é o mesmo argumento da ed.

(20) "Logo, todo múltiplo da intuição tem uma relação necessária com o: Eu penso no mesmo sujeito em que este múltiplo é encontrado" (B 132).

(21) "Denomino-a [a saber: a espontaneidade, a que devemos o "Eu penso" - GAA] *apercepção pura*, para distingui-la da empírica, ou também *apercepção originária*, porque ela é aquela consciência de si que, ao produzir a representação *Eu penso*, que tem que poder acompanhar todas as demais e é em toda consciência uma e a mesma, não pode ser acompanhada de nenhuma mais" (B 132).

A) que o que pensamos por um conceito é a unidade de um múltiplo dado, e isso não é possível se o "eu penso" for diverso para cada elemento do múltiplo.

O argumento de Kant em B não é, pois, substancialmente diverso do argumento em A, no que tange à primeira premissa: aqui como lá trata-se de provar a necessidade da consciência de si relativamente ao múltiplo das intuições do qual temos, por hipótese, consciência, e o fundamento da prova é a necessidade de reconhecer que, para ter consciência, devemos ser capazes de pensar a unidade do múltiplo das intuições mediante conceitos de representações⁽²²⁾.

2. Da consciência de si ao conhecimento objetivo

2.1. O argumento na edição de 1781 (A)

Passemos agora à segunda premissa da Dedução, que é, como vimos, a tese da relação necessária da consciência de si com a síntese das intuições segundo conceitos de objetos, vale dizer, com a condição de possibilidade do conhecimento objetivo. Como a consciência de si foi afirmada na primeira premissa como a condição da consciência das intuições, é de se esperar que unidade sintética das intuições seja agora apresentada como a condição da consciência de si. Se for assim, a doutrina de Kant poderá ser exposta como uma cadeia de inferências que, partindo da consciência das intuições como premissa inicial, estabelece sucessivamente por um argumento regressivo as condições e as condições das condições dessa premissa. Poderíamos dizer, então, que o argumento de Kant se desdobra dando resposta à seguinte questão: que condições devem ser satisfeitas para que um sujeito tenha consciência de

(22) Cf. a recapitulação da primeira premissa da Dedução em B: "O múltiplo dado em uma intuição sensível está necessariamente submetido à unidade sintética originária da apercepção, porque só através desta é possível a *unidade* da intuição (B143), bem como o comentário acrescentado em nota de rodapé: "O fundamento da prova baseia-se na *unidade* representada da *intuição* pela qual um objeto é dado, a qual inclui um *síntese* do múltiplo dado a uma intuição e já contém a relação deste último com a unidade da apercepção" (B144 n.).

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
“DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL” DA “CRÍTICA DA RAZÃO PURA”

ANALYTICA

volume 1
número 1
1993

si mesmo e das intuições como intuições suas? O que se espera então é que se possa provar que a conformidade da síntese das intuições a conceitos de objetos seja precisamente essa condição.

Essa expectativa parece encontrar uma confirmação que não se poderia desejar mais satisfatória na seguinte passagem: “De acordo com este (a saber: o “princípio da unidade da apercepção” - GAA) todas as aparições devem entrar na mente, ou devem ser apreendidas, de tal sorte que concordem para a unidade da apercepção, *o que sem unidade sintética em sua conexão - que, por conseguinte, também é necessariamente objetiva - seria impossível*” (A 122, grifo meu).⁽²³⁾ A formulação de Kant deixa, porém, em aberto de que precisamente a unidade objetiva das intuições é uma condição, se da unidade da apercepção como um todo, abrangendo consciência de si e consciência das intuições como suas, ou se apenas desta última (a consciência de si dependendo de outras condições, ou sendo dada de alguma outra maneira qualquer).

É verdade que, em outras passagens, a unidade da consciência é expressamente identificada à consciência de si e considerada impossível sem a unidade sintética das intuições. Assim, em A 108, a “identidade da consciência” é expressamente identificada à “consciência da identidade de si mesmo”, e esta Kant diz ser impossível “se não tivesse diante dos olhos a identidade de seu ato (de síntese - GAA)”. Contudo, a explicação que se dará posteriormente da necessidade de subsumir as intuições sintetizadas a categorias parece se basear numa outra doutrina, segundo a qual a síntese é, junto com a consciência de si, condição da consciência das intuições como minhas, e a consciência de si condição da conformidade a conceitos das intuições sintetizadas.

Deixemos essa questão em aberto, por enquanto, e vejamos como Kant entende provar sua tese. Qualquer que seja a resposta à questão acima, a tese de Kant só estará provada se duas coisas estiverem provadas: 1) que a condição indicada para a “unidade da apercepção” seja uma condição *suficiente*; logo, pela indicação daquilo que, na síntese das intuições segundo conceitos de objetos, torna possível a unidade

(23) A mesma tese é repetida em formulações diferentes em A 108, A 111-12, A 113 e A 117n.

da apercepção. Provar isso é, em outros termos, mostrar por que a capacidade de efetuar sínteses segundo conceitos acarreta para o sujeito o poder de se aperceber de si mesmo e de suas representações. 2) Que a condição indicada é uma condição *necessária*, logo, que a "unidade da apercepção" só é possível sob essa condição. Provar isto é, em outros termos, provar que não há alternativa possível.

A única coisa que Kant faz no sentido de provar que a unidade sintética das intuições é uma condição da unidade da apercepção consiste em chamar a atenção para o fato que este conceito envolve o conceito de identidade e que nenhuma intuição empírica pode nos dar aquilo que deve ser pensado como idêntico. "Aquilo que deve ser necessariamente representado como numericamente idêntico não pode enquanto tal ser pensado mediante dados empíricos" (A 107)⁽²⁴⁾. Mas daí se segue apenas que o sujeito (aliás do mesmo modo que o objeto das intuições) só pode ser pensado, e a questão é: quando, ou em que condições, nós nos pensamos como sujeitos, mais precisamente, como o sujeito que sabe que tem um múltiplo de intuições?

Se fazemos abstração do sujeito prático e nos restringimos ao sujeito que conhece, e se excluimos o recurso à intuição, a única base possível para a consciência de si deve se encontrar na efetuação de operações cognitivas. Se excluimos mais uma vez as operações cognitivas complexas (por dependerem das elementares), a única base possível para a "unidade da apercepção" deve ser buscada, na análise de Kant, na função de síntese de um múltiplo dado e sua subsunção a conceitos de objetos. Eis por que Kant afirma, numa passagem já citada, que a "síntese segundo conceitos" é o lugar "no qual apenas a apercepção pode provar sua onnipresente (*durchgängige*) e necessária identidade a priori." (A112)

Isto posto, nossa questão passa a ser: o que, na efetuação de atos de síntese segundo conceitos de objetos, possibilita a quem faz isso tornar-se consciente de si

(24) Em outras passagens, Kant qualifica de duas maneiras sua afirmação. Em A 108, é a *identidade* da função ou do ato de síntese que é apresentada como condição da "identidade da consciência de si mesmo". Kant quer dizer com isso, parece-me, que as representações devem ser apreendidas por um mesmo ato para que elas possam ser pensadas e ligadas na "unidade da apercepção". Cf. a esse respeito B 137. Na segunda edição, não é a efetuação actual de uma síntese, mas a consciência de poder ligar representações que é a condição da unidade da apercepção.

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
"DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL" DA "CRÍTICA DA RAZÃO PURA"

ANALÍTICA

volume 1
número 1
1993

mesmo e das intuições dadas como representações *suas*? A que precisamente se deve a "unidade da apercepção"? À realização de um *ato*, que acontece ser um ato de síntese, mas poderia ser outro? Ou à realização de um ato de *síntese*? Ou, antes, ao fato de que a síntese é *subsumida a conceitos*?

A primeira hipótese sofre de dificuldades tão óbvias que mal vale a pena considerá-la. Pois está claro que, ainda que todo agir suponha um agente, daí não se segue que todo agir seja o agir de um sujeito consciente de si mesmo - pelo menos no sentido proposicional de consciência, que é, como vimos, o único relevante para nossa discussão. Os argumentos expostos acima para mostrar que, em sentido proposicional, a consciência não é uma condição de ter representações, valem também para nossas ações. Do mesmo modo que um sujeito não precisa ser capaz de dizer o que intui, para ter intuições, tampouco precisa ser capaz de dizer o que faz, para agir⁽²⁵⁾. Não percamos tempo, pois, com esta primeira hipótese.

À primeira vista, a segunda hipótese não poderia sair-se melhor do que a primeira, pois o que vale para o agir em geral deve valer para esta espécie de atividade que se chama "síntese". Assim, se é possível agir sem por isso mesmo ter consciência (proposicional) de agir, do mesmo modo deve ser também possível efetuar sínteses sem ter consciência de fazê-lo. Eis por que podemos atribuir aos seres incapazes de pensar a capacidade de efetuar sínteses. É possível, porém, que, por seu *resultado* (a conexão das representações), a síntese seja relevante para a consciência das intuições. Kant entende por "síntese" a operação (que, de resto, atribui à imaginação)⁽²⁶⁾ pela qual discriminamos o que é dado segundo relações de exterioridade e sucessividade. Sem a síntese, o dado múltiplo não tem a conexão que é necessária para que seja possível apreender um múltiplo enquanto tal. Ora, vimos que só podemos atribuir a

(25) Não, porém, o agir intencional e imputável, que supõe a consciência proposicional do ato.

(26) Cf. CRP, A 77 s. = B 103 s. e B 130 s., que não precisa ser interpretado como uma mudança da teoria da síntese, uma vez que fica preservada a distinção entre a operação do entendimento (que Kant denomina *ligação* e define como a "representação da unidade sintética do múltiplo") e a *síntese* propriamente dita, que continua a ser pensada como uma operação anterior à do entendimento. Sobre este último ponto, cf. também B 150, que trata da *síntese figurada* como operação da imaginação.

consciência (proposicional) das intuições a quem é capaz de caracterizá-las conceptualmente e podemos argumentar agora que essa caracterização conceptual pressupõe a possibilidade de combinar os dados de tal maneira que possamos discriminá-los, antes de compará-los e distingui-los segundo conceitos. Assim, diz Kant em A 118:

“Esta unidade sintética pressupõe, porém, ou inclui, uma síntese e se aquela deve ser necessariamente a priori, então esta deve também ser uma síntese a priori. Portanto, a unidade transcendental da apercepção relaciona-se à síntese pura da imaginação como uma condição a priori da possibilidade de toda composição do múltiplo num conhecimento.”

Podemos, então, interpretar da seguinte maneira a afirmação inicial de que a “consciência da identidade de si mesmo” tem por condição a “identidade” ou a “unidade da síntese das aparições segundo conceitos” (em A 108). Só podemos ter consciência de nós mesmos, se, de antemão, podemos dar às nossas intuições, num único e o mesmo ato de síntese, a conexão que é necessária para que elas possam ser apreendidas *em conjunto* como intuições de um único e o mesmo sujeito. Neste sentido, a efetuação (ou a capacidade de efetuar sínteses) é apenas uma condição negativa, uma *conditio sine qua non* (necessária, embora não suficiente) da unidade da apercepção. Ela diz apenas que a capacidade de se aperceber de si mesmo permaneceria uma potencialidade apenas virtual, uma “faculdade morta e de nós desconhecida no interior da mente”, (para extrapolar uma expressão que é usada por Kant para caracterizar uma outra),⁽²⁷⁾ se não pudéssemos efetuar sínteses.

Essa explicação dá uma resposta parcial à questão inicial sobre o que precisamente, na efetuação de sínteses segundo conceitos, torna possível a unidade da apercepção. Ela deixa em aberto dois pontos: *primeiro*, naturalmente, a questão em que se baseia a consciência de si, pois mesmo que a síntese seja uma condição *necessária*, sem a qual não é possível a consciência de si, ela não é uma condição *suficiente*. É preciso determinar de maneira positiva o que é preciso para que haja consciência de si: por

(27) Cf. CRP, A 100. Trata-se aí da imaginação.

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
"DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL" DA "CRÍTICA DA RAZÃO PURA"

ANALÍTICA

volume 1
número 1
1993

assim dizer, o que o sujeito deve fazer para que possa por isso mesmo tornar-se consciente de si. Em *segundo* lugar, fica em aberto também a questão acerca da possibilidade da *unidade objetiva* das intuições. A função da síntese por si só, sem o acréscimo de conceitos de objetos, não é capaz de produzir essa unidade, ainda que, segundo a tese de Kant (A 122), ela constitua uma condição da unidade da apercepção.

Mesmo que a função da síntese não constitua uma condição suficiente da unidade da apercepção, o argumento de Kant, para provar que a unidade *objetiva* das intuições é uma condição da unidade da apercepção, não está por isso mesmo condenado ao fracasso. De fato, é possível alegar que podemos tomar a consciência de si como dada de alguma maneira, como um simples fato cujas condições não investigamos mais. O poder de efetuar sínteses, por sua vez, pode ser apresentado como uma condição, não, está claro, da consciência de si, mas da auto-atribuição de representações. Seria possível pensar, então, que a unidade objetiva da síntese, ou sua conformidade a conceitos de objetos, resultaria do acréscimo dessas duas condições: a consciência de si e o poder de efetuar sínteses. O argumento seria então que, muito embora as sínteses não precisem ser pensadas (segundo conceitos de objetos) para serem realizadas, elas se encontram necessariamente pensadas (segundo conceitos de objetos) quando efetuadas por um sujeito consciente de si e, portanto, capaz de pensar.

Com efeito, parece ser esta a explicação dada por Kant na ed. A. Ao citar as passagens onde Kant expõe o esquema da Dedução (A 110 e A 113), já havíamos observado que, pelo menos em uma delas, a unidade categorial das intuições parecia ser inferida, não como uma condição da consciência de si, mas como uma consequência de uma premissa segundo a qual a consciência de si deve estar presente em toda síntese. Recordemos a frase citada: "Ora, já que esta identidade (a saber: da consciência de si - GAA) deve necessariamente entrar na síntese de todo múltiplo das aparições, as aparições estão submetidas a priori a condições às quais têm que ser em tudo conformes na síntese (da apreensão) (A 113). Essas condições são, segundo a frase seguinte, as "leis necessárias" da "afinidade transcendental" das aparições, vale dizer, a unidade sintética segundo as categorias. Se admitimos que a consciência de si "entra" na síntese quando esta é efetuada por um sujeito consciente de si mesmo,

o que essa passagem parece afirmar é que a conformidade da síntese às categorias é uma consequência do fato de que a síntese é efetuada de uma maneira consciente.

Encontramos uma formulação mais clara do mesmo argumento, na chamada "Exposição Definitiva" (3ª Secção da Dedução). Em A 119, o entendimento e, portanto, os conceitos pelos quais se pensa a unidade da síntese, são apresentados como o fruto da relação da apercepção com a síntese da imaginação⁽²⁸⁾. Em A124, Kant explica que, sendo a síntese em si mesma "sensível", ela é incapaz de assegurar por si a unidade das intuições segundo conceitos de objetos. Para isso, é preciso que ela seja "intelectualizada", o que acontece justamente quando a apercepção "se acrescenta" à imaginação, e é a esse "acréscimo" da apercepção ao múltiplo sintetizado pela imaginação que devemos o surgimento dos conceitos de objetos.

A doutrina que emerge dessas explicações é relativamente clara. Pelo menos está razoavelmente claro o que Kant *quer dizer*. O poder de fazer sínteses e a consciência de si aparecem como poderes independentes mas correlacionados. É do relacionamento desses poderes, i.e., do fato que as sínteses sejam realizadas por um sujeito consciente de si, que resultam duas coisas: *por um lado*, a possibilidade de apreender o múltiplo das intuições como tendo a unidade subjetiva que têm enquanto representações minhas; *por outro lado*, a possibilidade de apreender o múltiplo das intuições como tendo a unidade objetiva que têm como intuições de objetos delas distintos. No primeiro caso, é a síntese que torna possível a unidade subjetiva das intuições como representações minhas, pois sem a possibilidade de ligar as intuições entre si, a apercepção, o poder de se tornar consciente de si mesmo, existiria de uma maneira apenas virtual no sujeito. No segundo caso, é a consciência de si, despertada no sujeito pela síntese, que torna possível pensar o que é apresentado pelas intuições sintetizadas.

(28) "A unidade da apercepção em relação com a síntese da imaginação é o entendimento, e precisamente a mesma unidade, relativamente à síntese transcendental da imaginação, o entendimento puro. Portanto, estão contidas no entendimento cognições puras a priori, as quais contêm a unidade necessária da síntese pura da imaginação, com respeito a todas as aparições possíveis. Estas, porém, são as *categorias*, isto é, conceitos puros do entendimento" (A 119).

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
“DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL” DA “CRÍTICA DA RAZÃO PURA”

ANALYTICA

volume 1
número 1
1993

Essa doutrina deixa em aberto duas questões. A primeira, que já mencionamos acima, é a questão: o que torna possível a consciência de si (e não apenas a auto-atribuição das representações)? A segunda é: por que afinal as categorias, e, com elas, conceitos de objetos, podem surgir do “acréscimo” da consciência de si à síntese?

Que a primeira questão fique em aberto não parece grave para a teoria. Pois podemos tomar a consciência simplesmente como um facto, cuja possibilidade talvez possa, mas em todo caso não *precisa* ser investigada para cumprir a tarefa da Dedução, a saber, provar a conformidade das intuições a categorias. O único cuidado que se precisa ter é o de reformular as passagens em que Kant fala da síntese como condição da (identidade da) consciência de si. Será preciso reescrevê-las na interpretação como a afirmação de que a síntese é a condição da unidade das representações na consciência de si.

Mas a segunda questão não pode ficar em aberto, porque dela depende a plausibilidade da doutrina. É essencial, pois, que se esclareça por que, afinal de contas, a “intelectualização” da síntese, ou a subordinação das intuições sintetizadas a conceitos de objetos, decorreria do “acréscimo” da consciência de si ao poder de efetuar sínteses.

Essa maneira de dizer (que a consciência de si se “acrescenta” ou se “relaciona” ao poder de efetuar sínteses) deve manifestamente ser entendida no sentido de que o poder de sintetizar e as sínteses efetuadas se tornam conscientes elas próprias. O que Kant quer dizer então é o seguinte: quando as sínteses, que em si mesmas podem ser efetuadas de maneira inconsciente ou impensada, passam a ser efetuadas por um sujeito consciente de si mesmo, elas se tornam *ipso facto* conscientes para o sujeito que as efetua. Mas daí não decorre ainda que as categorias sejam engendradas quando o sujeito se torna consciente e passa a pensar as sínteses que efetua - a não ser que estejamos dispostos a identificar as categorias a formulações abstratas das regras de síntese. Mas essa identificação não é lícita. Categorias são regras para a *identificação* dos *objetos* de nossas intuições⁽²⁹⁾. As regras da síntese, ao contrário, são regras para a *discriminação espaço-temporal* das intuições.

(29) Regras de identificação são, a rigor, apenas os conceitos de objetos particulares, que chamaríamos

Por isso, só poderemos dar o passo das regras de síntese para as regras conceituais, se pudermos supor que um sujeito consciente de si já dispõe de antemão do conceito de objeto ⁽³⁰⁾. Se estivermos dispostos a conceder isso, será possível explicar então a diversidade das categorias a partir da diversidade das maneiras pelas quais o objeto pensado pelo sujeito consciente de si pode ser dado na intuição sensível. Consideradas abstratamente, essas maneiras de se dar o objeto na intuição são o que Kant chama de "esquemas" da imaginação. Não deixa de ser uma hipótese sugestiva essa derivação das categorias como o resultado da esquematização do conceito dado de objeto. Mas o que nos autoriza supor que o conceito de objeto seja dado de antemão? Para que ele não seja um simples postulado, introduzido como um "deus ex machina" para salvar uma teoria em apuros, seria preciso mostrar como um sujeito consciente de si pode dispor de antemão, pelo simples fato de ser consciente de si, desse conceito de objeto. Numa palavra: seria preciso mostrar que ligação subsiste entre os conceitos de consciência de si e de objeto.

Kant não faz isso, pelo menos na ed. A. Mas é fácil de ver que ele só poderia fazê-lo de uma das duas maneiras seguintes: 1) derivando o conceito de objeto do conceito do sujeito, como sugere um apontamento manuscrito deixado por Kant, onde conjectura que o objeto não seria outra coisa senão "a representação subjetiva (do sujeito) ela própria, mas tornada universal: pois Eu sou o original de todos os objetos" ⁽³¹⁾; 2) apresentando o conceito de objeto (o domínio desse conceito ou de alguma operação que envolva a compreensão desse conceito) como um pressuposto, uma condição prévia da consciência de si.

atualmente (seguindo a terminologia introduzida por Strawson) de "predicados sortais", como p.ex. "livro", "árvore", "pirâmide" etc. As categorias são conceitos formais dos objetos em geral e exprimem de uma maneira abstrata e geral as condições em que podemos identificar o objeto de um múltiplo de intuições qualquer. Elas são regras ou conceitos para a formação de regras ou conceitos de objetos.

(30) E o que sugere a referência de Kant ao conceito de objeto, mais precisamente, ao "objeto transcendental" ao qual referimos as intuições, como "um correlato da unidade da apercepção (que) só pode servir para a unidade do múltiplo na intuição sensível" (A 250).

(31) *Lose Blaetter*, 7.

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA “DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL” DA “CRÍTICA DA RAZÃO PURA”

ANALYTICA

volume 1
número 1
1993

A objeção à primeira alternativa é que ela não explica por que as intuições sintetizadas devem ser referidas a um objeto *distinto* do sujeito. Com efeito, admitamos que o sujeito consciente de si se pense a si mesmo como *um* objeto. Daí não se segue ainda que haja outros objetos (concebidos segundo o seu original “subjetivo”) aos quais seria preciso referir as intuições. Não é de estranhar, pois, que essa alternativa não tenha sido explorada por Kant. A segunda alternativa exige que se reabra a questão quanto às condições de possibilidade da consciência de si. Mas, se fizermos isso, estaremos abandonando a suposição inicial de que podemos tomar a consciência de si como um dado que não precisa mais ser explicado.

Na nova versão de 1786, uma das modificações mais salientes do argumento kantiano é o papel conferido ao juízo, em lugar da síntese, na elucidação do conceito da “unidade objetiva da apercepção”. Ora, o juízo é justamente a operação pela qual as intuições são subsumidas a conceitos de objetos. Minha hipótese é que, no argumento reformulado da segunda edição, o domínio da capacidade de julgar é a condição, não apenas da auto-atribuição das representações (ou da unidade das representações num sujeito consciente de si mesmo), mas da própria consciência de si. Ou seja, minha hipótese é que Kant experimente, na segunda edição, a terceira das alternativas que distinguimos mais acima.⁽³²⁾

2.2. *Consciência de Si e Conhecimento Objetivo na edição de 1786 (B).*

Vejamos, então, que novidades o novo texto de 1786 contém no que concerne à relação entre a consciência de si e a possibilidade do conhecimento objetivo. Uma das novidades mais salientes, como já indicamos, é o destaque dado ao juízo na explicação da consciência da unidade objetiva que é necessária para a consciência de si. Não se pode dizer, é verdade, que a noção do juízo esteja ausente, mesmo que não seja mencionada pelo nome, da *Dedução* em A, uma vez que o resultado da

“intelectualização” da síntese é precisamente o juízo. O que é preciso saber agora é se o juízo continua a ser pensado da mesma maneira em B, ou se, ao contrário, ele é introduzido como uma condição da consciência de si.

O novo argumento começa com considerações que já nos são familiares sobre a relação da consciência que temos de nossas intuições (e que muda sempre com as intuições) com a consciência de si mesmo enquanto sujeito dessas intuições (e que permanece sempre a mesma). O que é preciso explicar, então, é a identidade da consciência de si, isto é, o facto de que, na consciência de cada uma de minhas intuições, eu me relaciono comigo mesmo enquanto o mesmo sujeito de um múltiplo de intuições.

O primeiro passo para a explicação é a consideração que, não se baseando numa intuição intelectual de si mesmo, a consciência de si só pode se fundar no ato que liga uma à outra as intuições de uma mesma consciência, ou seja, a consciência ou a representação de seu objeto. É, pois, a unidade sintética das intuições (ou antes o ato que a constitui) o fundamento da identidade da consciência de si⁽³³⁾. Ora, o ato que constitui a unidade sintética das intuições é o juízo. Pode-se dizer, então, que é pelo juízo que as intuições são reduzidas à unidade objetiva que é necessária para a consciência de si.

Kant dá então uma formulação muito sumária de sua teoria:

“Um juízo não é outra coisa senão o modo de trazer cognições dadas à unidade objetiva da apercepção. Tal é o objetivo da cópula nos juízos, a fim de distinguir a unidade objetiva de representações dadas da unidade subjetiva. Pois ela designa a relação dessas representações com a apercepção originária e sua unidade necessária.”⁽³⁴⁾

A tese a provar é, pois, a afirmação que o juízo exprime a unidade objetiva que é a condição da apercepção. Kant fala, é verdade, da *unidade objetiva da apercepção*, mas, visto que essa unidade foi apresentada como o fundamento (*Grund*) ou condição da

(33) Cf. CRP, B 134.

(34) CRP, B 141.

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
“ DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL ” DA “ CRÍTICA DA RAZÃO PURA ”

ANALYTICA

volume 1
número 1
1993

apercepção,⁽³⁵⁾ a paráfrase que fiz (a unidade objetiva que é a condição da consciência de si) é admissível. A tese é, pois, dupla: que o juízo exprime a unidade objetiva das representações e que a unidade expressa pelo juízo é a condição exigida pela consciência de si.

O argumento em favor da primeira parte da tese é, em suma, que o juízo exprime a asserção da objetividade de uma conexão de cognições dadas, o que se vê claramente se se considera o papel da palavra “é” no juízo. Embora Kant utilize a expressão “cópula” (*Verhältniswörtchen*), o contexto não deixa dúvida que ele não pensa unicamente nos juízos predicativos. Com efeito, Kant começa o # 19 sobre o juízo criticando precisamente a definição tradicional que só leva em conta os juízos categóricos. Convém, pois, compreender o verbo “é” no sentido, não da relação predicado-sujeito, mas no sentido de um operador (“é verdade que”) que transforma conexões de representações (no caso, proposições) em asserções.

O argumento para a segunda parte da tese é a consideração que a palavra (o operador) “é” serve para distinguir a unidade objetiva das representações dadas de sua unidade subjetiva. Mas o que é que isso quer dizer exatamente? Poderíamos pensar que Kant queria dizer que as expressões “objetivo” e “subjetivo” são termos correlatos e que, por conseguinte, não se pode compreender um sem compreender o outro. Assim, a afirmação da unidade objetiva das representações só seria possível se se pudesse contrastar a unidade objetiva com a unidade subjetiva das representações. Apenas, como se poderia falar da unidade subjetiva das representações sem se referir à consciência que temos delas enquanto representações nossas? A referência à unidade subjetiva das representações por oposição à objetiva supõe, pois, a consciência de si. Ora, a questão colocada era precisamente a questão sobre a condição dessa consciência. Portanto, estaríamos a andar em círculo se quiséssemos explicar a possibilidade da consciência da unidade subjetiva pelo contraste com a consciência da unidade objetiva.

Se o juízo permite efetivamente explicar a identidade da consciência de si, como afirma Kant, a noção de juízo não pode *pressupor*, mas deve ter como conseqüência a distinção entre o subjetivo e o objetivo. Ou por outras, a noção de juízo não pode depender da noção da consciência de si, mas deve explicar, ao contrário, como a gente pode vir a se aperceber de si mesmo pelo simples fato de ser capaz de julgar. Vejamos, então, o que se pode fazer nesse sentido.

Se a análise proposta por Kant é correta, poderíamos dizer que a forma do juízo é: "é verdade que *p*", onde *p* designa uma proposição (Kant diria: uma "conexão de cognições" ou de "representações"). Mas o que o operador "é verdade que" exprime, como vimos, é precisamente a pretensão de que uma proposição seja verdadeira. Ora, visto que essa afirmação pode ser negada e mostrar-se injustificada, torna-se possível fazer uma distinção entre o verdadeiro e o falso e é neste momento apenas que se poderá fazer a distinção entre o que era considerado verdadeiro, mas se revelou falso, de um lado, e o que foi dito verdadeiro e se confirmou como efetivamente verdadeiro, de outro lado - e isso quer dizer: a distinção entre o real e o aparente. E é só então, enfim, que se poderá fazer a distinção entre o que é realmente verdadeiro (*objetivo*) e o que apenas parece ser, a *mim*, verdadeiro (*subjetivo*).

Ora, a partir do momento em que nos tornamos capazes de distinguir a unidade objetiva das representações (a título de representações *de um objeto*) da unidade subjetiva das representações (a título de representações *em mim*), também nos tornamos capazes de fazer duas outras coisas: uma é exprimir a consciência da unidade subjetiva das representações (e isso quer dizer a consciência empírica) por meio de juízos apropriados, aqueles precisamente que Kant denominou *juízos de percepção*.⁽³⁶⁾ A outra é referir-se a si mesmo como o sujeito que está de agora em diante consciente da unidade subjetiva das representações expressas em um juízo, e isso quer dizer a consciência de si que está presente em toda consciência empírica. Em suma, o poder de julgar que Kant explica pelo poder de empregar o operador

(36) O termo não se encontra, é verdade, na passagem interpretada, mas está implícito aí. Cf. as duas últimas frases do # 19.

CONSCIÊNCIA DE SI E CONHECIMENTO OBJETIVO NA
"DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL" DA "CRÍTICA DA RAZÃO PURA"

ANALYTICA

volume 1
número 1
1993

assertórico: "é", ou "é verdade que", confere também ao indivíduo que dispõe dele o poder de exprimir o que ele percebe por oposição ao que ele afirma ser verdadeiro,⁽³⁷⁾ e com isso o poder de se referir a si mesmo como aquele que julga, numa palavra, o poder de empregar a palavra "eu".

A interpretação que dei baseia-se na suposição que é possível julgar sem se referir a si mesmo como o autor do juízo, logo sem estar consciente de julgar. Tentei explicá-lo mostrando: (1) que o ato de julgar pode se explicar pelo emprego do operador "é verdade que", e (2) que a referência a si mesmo só é constitutiva dos juízos de percepção, isto é, dos juízos que exprimem a unidade subjetiva das representações e que derivam da negação dos juízos objetivos. Mas será verdade que podemos fazer juízos sem estar conscientes disso?

Imagino que se poderiam fazer duas objeções. A primeira é uma constatação textual: ocorre a Kant dizer, como na passagem mesma que comentei, que o juízo traz as intuições à identidade da apercepção e à unidade objetiva. A outra é uma consideração sobre a coisa mesma: há muitas coisas que não podemos fazer sem saber que estamos fazendo (no sentido proposicional de saber, está claro, não no sentido da consciência imediata), por exemplo os compromissos e as ações de que podemos ser responsabilizados. Por que o juízo não pertenceria a esse gênero de coisas?

Respondo primeiro a questão temática, considerando tão somente como seria preciso representar a forma do juízo, se a consciência de si fosse por hipótese uma condição de julgar. Seria preciso, então, incluir a expressão da consciência de julgar na expressão do próprio juízo, o que nos levaria a uma expressão da seguinte forma: "Julgo que é verdadeiro que *p*", ou mais simplesmente: "Julgo que *p*". Mas isso acarreta a dificuldade que dizer que eu julgo não equivale a julgar. Em outras palavras, não chego a julgar ao dizer que julgo que algo é o caso. Com efeito, se eu digo: "Julgo que *p*", ou bem limito-me a exprimir uma opinião (e não um juízo no sentido da asserção de uma verdade) - e é um outro ato que realizo ao dizer que julgo, ou bem

(37) Esse poder pode, por sua vez, ser analisado como o poder de empregar um novo operador: "parece que".

GUIDO ANTÔNIO DE ALMEIDA

exprimo a consciência reflexiva (proposicional) de julgar - e o que eu quero dizer então é que eu sei que estou julgando (e não que é verdade que *p*).

No que concerne à objeção textual, penso que é possível afastá-la considerando que é verdade, em certo sentido, que o juízo traz as intuições à consciência de si, mas isso da maneira precisamente pela qual reconstruímos o argumento kantiano, a saber, como uma consequência do ato de julgar, e não como uma condição prévia.

ANALYTICA

volume 1
número 1
1993